

A consagração da leviandade

Luiz Estevão

Poucos episódios refletem, de forma mais cristalina, o caráter do atual governo do DF do que as mentiras levantadas sobre a questão do PDOT e da área onde se insere uma fazenda do Grupo OK. Três argumentos incôntestáveis tornam ainda mais deplorável a ânsia com que o GDF investiu para perseguir e prejudicar um adversário político.

1) A Fazenda Santa Prisca localiza-se em uma área já considerada de expansão urbana. Essa é a definição no PDOT de 1992 e nenhuma alteração para beneficiá-la foi introduzida pelo novo plano.

2) Nenhum mapa ambiental produzido pelo GDF ao longo dos 36 anos de existência de Brasília recomenda que aquela área não seja ocupada por questões ecológicas. Além disso, os mapas de proteção de bacias hidrográficas nunca incluíram aquela área, já que os córregos ali existentes não abastecem nenhum manancial de água do Distrito Federal.

3) Todos os deputados que defendem o atual governo na Câmara Legislativa votaram a favor de que aquela área fosse considerada urbana em 1992, sem que tenha havido qualquer restrição naquela votação.

Apesar de tudo isso, e por mais de dois meses, o GDF investiu tempo e dinheiro pú-

blicos para mentir à cidade. Suas calúnias não sensibilizaram a Câmara Legislativa, que por 16 votos a 6 derrubou emenda do governo que tentava transformar em rural a área urbana ali existente. Abstive-me de votar, como tenho feito com todos os projetos de lei que possam, de algum modo, influenciar os negócios do grupo empresarial do qual fui diretor.

A opinião pública já está cansada de ver o GDF contaminar a cidade com o vírus da calúnia. Mas a população do DF conhece o caráter deste governo, tanto que o reprovou majoritariamente. Pelos métodos leviãos de praticar política, pela falsidade dos argumentos, pelo descompromisso com a verdade, pelo desrespeito com os servidores e os mais humildes, pela incompetência administrativa e pela falta de propostas sérias.

O PDOT é, infelizmente, mais um episódio na depressivamente série de leviandades patrocinadas pelo GDF. O eventual veto do governador é absolutamente inócuo, já que, vetado o artigo, a área da Fazenda Santa Prisca continua com a mesma destinação existente na lei anterior: é uma zona de expansão urbana.

■ Luiz Estevão é deputado distrital e vice-presidente da Câmara Legislativa do DF